

| EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PROCEDIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA | | |
|---|----------------------|------|
| SOLUÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS AO PROVIMENTO DE DISPOSITIVOS EMBARCADOS PARA SOLUÇÃO DE INTERNET DAS COISAS (IOT) | | |
| PSPT Nº 122/2021 | PROCESSO Nº 122/2021 | SEDE |

O **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**, Empresa Pública Federal, regido pela Lei nº 5.615, de 13/10/70, com sede na SGAN Quadra 601, Módulo V, CEP 70836-900, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.683.111/0001-07, torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir da publicação deste, o chamamento público para procedimento de solicitação de proposta técnica para **identificar empresas interessadas em regime de parceria de negócio na disponibilização de serviços relacionados ao provimento de dispositivos embarcados para solução de internet das coisas (IOT)**, com fundamento no Art. 28, §§ 3º, Inciso II, e 4º da Lei 13.303/2016 e no Art. 43 do Regulamento de Licitações e Contratos do **SERPRO**.

PERÍODO DO PROCEDIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA: 24/02/2021 a 24/03/2021.

SEÇÃO I – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente edital é a habilitação de empresas com potencial de construção de serviço(s) em parceria¹, considerando oportunidades futuras de negócio, na disponibilização de SOLUÇÃO de serviços relacionados ao PROVIMENTO DE DISPOSITIVOS EMBARCADOS PARA SOLUÇÃO DE INTERNET DAS COISAS (IOT). A atuação em parceria se dará para a construção de produto a ser comercializado em modelo(s) de negócio a ser construído pelas empresas em conformidade com as suas políticas e negociações, estando este(s) modelo(s) sujeitos a aprovação dentro dos processos inerentes a cada empresa.

¹ Parceria no contexto deste edital é a associação entre o **SERPRO** e outra pessoa física ou jurídica, formalizada por qualquer meio admitido em direito, destinada a pesquisar ou explorar uma oportunidade de negócio.

1.2. Descrição do Serviço:

1.2.1 A empresa habilitada por esse processo tem, em futura oportunidade de soluções IoT prospectadas, a responsabilidade conjunta com o SERPRO no **desenvolvimento, entrega e prestação de suporte** de todas as placas dos dispositivos IoT personalizadas com base nos requisitos de interface, processamento e periféricos específicos, como também considerando a análise de riscos e restrições de orçamento.

1.2.2 Arquitetura para soluções IoT do **SERPRO**

1.2.2.1 A arquitetura faz uso de uma solução Multi-tenant architecture. O termo Multi-tenant architecture refere-se a uma arquitetura de software que atende a vários inquilinos (projetos). Os sistemas projetados dessa maneira geralmente são chamados de compartilhados. Um inquilino é um grupo de usuários/sistemas que compartilham um acesso comum com privilégios específicos à instância do software. Entre as várias funcionalidades:

A) A Solução de Gerenciamento de Dispositivos IoT permite um controle centralizado e remoto dos dispositivos, envolvendo questões de monitoramento, controle de acesso e atualizações de software e firmware. Também prevê o cadastramento de dispositivos em massa por meio de APIs, arquivos CSV, entre outros meios.

B) A Solução de Gerenciamento de Dispositivos IoT prevê uma a camada de software Connectivity Management que permita entre outras funções o controle dos meios específicos de cadastro com as operadoras de comunicação IoT (SIM-CARD/eSIM).

C) A Solução de Gerenciamento de Dispositivos IoT prevê as operações de validação integridade e autenticidade dos firmwares e o controle das transferência dos mesmos aos dispositivos.

D) Nos projetos de dispositivos a Solução de Gerenciamento de Dispositivos IoT prevê as compatibilidades com os protocolos de gerenciamento de dispositivos especificados como o OMA-DM, LwM2M ou TR-069 e, quando for utilizada a pilha TCP/IP, com o protocolo SNMP nas suas versões seguras.

E) A Solução de Gerenciamento de Dispositivos IoT prevê, ainda, o oferecimento de serviços para todas as camadas de segurança, incluindo mecanismos de segurança preventivos, como criptografia e controle de acesso aos dados do dispositivo e serviço de monitoramento e auditoria contínuos das configurações.

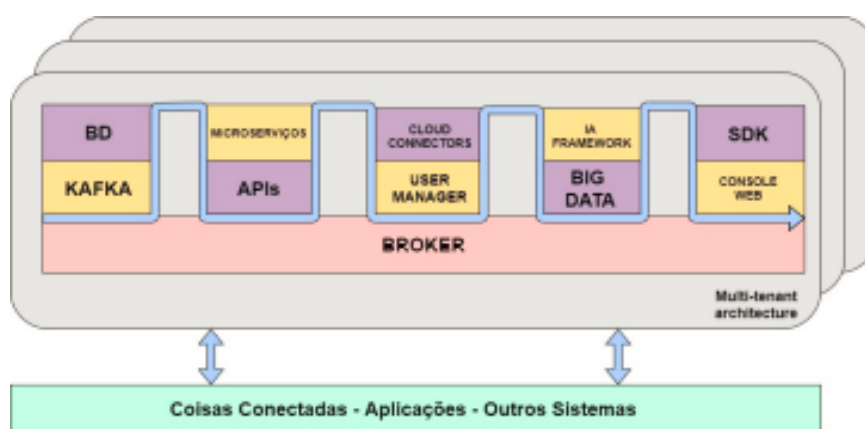


Figura 1. Arquitetura conceitual da plataforma IoT.

1.3. Definições Básicas:

A) Sensores: Um sensor é um componente eletrônico que detecta e mede um fenômeno físico.

B) Atuadores: Atuador é um dispositivo que produz movimento, convertendo energia pneumática, hidráulica ou elétrica, em energia mecânica.

C) Coisa: Uma “Coisa” é qualquer dispositivo (sistema embarcado) capaz de processar informações e interagir com o mundo ao seu redor e/ou outras coisas.

D) Gateway: O Gateway é um dispositivo com mais capacidade de processamento e comunicação com outros sistemas e é o link entre um conjunto de coisas e um servidor de controle.

E) IOT: A Internet das Coisas descreve a rede de objetos físicos (Coisa) que são incorporados a sensores, software e outras tecnologias com o objetivo de conectar e trocar dados com outros dispositivos e sistemas pela internet.

F) Interfaces: Os sistemas embarcados para Internet das Coisas podem possuir desde nenhuma interface com usuário a uma interface completa (similar aos sistemas desktop).

G) Processamento: Os sistemas embarcados para Internet das Coisas podem possuir uma capacidade de processamento reduzida (microcontroladores), ou serem computadores do tipo SBC (Single Board Computer), ou ainda, serem sistemas híbridos que possuam microcontroladores e microprocessadores.

H) Periféricos: Os sistemas embarcados comunicam-se com o meio externo através de periféricos. Estes periféricos podem ser combinados com o processador (como no caso dos sistemas microcontrolados) ou associados no sistema. Entre os periféricos mais comuns temos: Leds; LCD ;Interface serial (RS 232, I2C); Universal Serial Bus - (USB); Interfaces de comunicação de rede.

I) Disponibilidade: Os sistemas embarcados para Internet das Coisas são dispositivos que, espera-se, possam trabalhar continuamente por anos ininterruptamente, e que possam por vezes recuperar-se sozinhas após erros, como também, possuir solução de alimentação por meio de baterias. A recuperação de erros pode ser atingida com técnicas como o watchdog timer, que reinicia o sistema a menos que o software notifique periodicamente que está funcionando corretamente.

J) Firmware: O firmware é uma classe específica de software de computador que fornece controle de baixo nível para o hardware específico do dispositivo. O firmware pode fornecer um ambiente operacional padronizado para o software mais complexo do dispositivo (permitindo maior independência de hardware) ou, para dispositivos menos complexos, atuar como o sistema operacional completo do dispositivo, executando todas as funções de controle, monitoramento e manipulação de dados.

K) LPWAN: Uma rede de área ampla de baixa potência ou rede de área ampla de baixa potência ou rede de baixa potência é um tipo de rede de área ampla de telecomunicações sem fio projetada para permitir comunicações de longo alcance a uma taxa de bits baixa entre outras coisas, como sensores operados em uma bateria.

SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste procedimento de Solicitação de Proposta Técnica, as empresas interessadas, cujo objeto social seja compatível com o objeto deste Edital, que comprovem possuir os requisitos exigidos para habilitação e qualificação técnica e que atendam às demais exigências deste Edital.

2.1.1 As interessadas arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e documentação.

2.2 Não serão admitidos à participação:

a) As interessadas que, por qualquer motivo, estejam com o direito de licitar e contratar com o **SERPRO** suspenso, ou impedidas de licitar e contratar com a União, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

b) Empresas que se enquadrem em alguma das vedações previstas no Art. 38 da Lei nº 13.303/2016;

c) Empresas em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial, ou de insolvência, ou sob outra forma de concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

d) Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Edital e as organizações que fazem mero repasse de serviços.

2.3 Da Participação de empresas Estrangeiras

- a) Empresas estrangeiras poderão participar por meio de filial, sucursal, agência ou estabelecimento no Brasil.
- b) As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que juntar:
 - b.1) Comprovação, pelos meios usuais no país de origem, de sua regularidade jurídico/fiscal;
 - b.2) Comprovação da capacidade jurídica do representante que, em nome da empresa, firme a Proposta Técnica.

2.3.1 As comprovações em idioma estrangeiro, devem ser traduzidas para o Português.

2.4 O atendimento aos requisitos do presente Edital se dá sem exclusividade, razão pela qual inexistirá qualquer preferência ou direcionamento do **SERPRO**, sendo o referido procedimento de solicitação de proposta técnica disponibilizado a qualquer pessoa jurídica que atenda aos requisitos exigidos.

SEÇÃO III – DA DOCUMENTAÇÃO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

3.1 Para a apresentação da proposta técnica, as empresas interessadas não vedadas pelas disposições deste Edital, deverão cumprir os seguintes requisitos:

3.1.1 Estar regularmente constituída;

3.1.2 Possuir regularidade para a eventual contratação junto ao **SERPRO**, comprovada pelos itens a seguir, ressalvada a hipótese prevista em 2.3:

a) Do certificado de regularidade junto ao gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dentro do período de validade;

b) Da Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPD-EN), que comprova a regularidade em relação às contribuições devidas por lei, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por força da vigência da Lei 11.457/07, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB), dentro do período de validade; (“a”, inc. I, art. 47, Lei 8.212/91 c/c o § 3º, art. 195, Constituição Federal);

c) No Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), para verificar se há aplicação de penalidade;

c.1) A interessada não poderá constar com registro de sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **SERPRO**.

d) No Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI), disponível no Portal do CNJ, para verificar se há aplicação de penalidade por ato de improbidade administrativa.

d.1) Registros de condenação por ato de improbidade administrativa são considerados impedimentos de contratação;

d.2) Os dispositivos de inelegibilidade constantes na Lei Complementar nº 64/90, Art. 1º, inc. I, alíneas “e”, “g” e “l”, são considerados impedimentos de contratação.

3.2 Da Apresentação da proposta Técnica

3.2.1 A Empresa interessada deverá apresentar PROPOSTA TÉCNICA com o detalhamento dos serviços IoT, contendo a comprovação de experiência no desenvolvimento de soluções de dispositivos IoT bem como o portfólio ou catálogo de produtos que atendam o objeto deste edital, comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação e qualificação técnica deste edital e demais informações que sirvam de insumo para análise, pelo SERPRO, da capacidade de qualificação técnica para a celebração de futura parceria de negócio.

3.2.1.1 A documentação deverá conter os dados completos de identificação, tais como razão social, CNPJ, inscrição estadual, inscrição municipal, endereço, nome e dados de contato do responsável pela assinatura do contrato e do responsável técnico pelos serviços.

3.3 Da entrega da documentação:

3.3.1 A interessada encaminhará para o e-mail parcerias@serpro.gov.br, a documentação solicitada em 3.2, até a data final prevista no preâmbulo deste edital.

3.3.2 Conforme Art. 59 do Regulamento de Licitações e Contratos do **SERPRO**, os documentos deverão ser enviados EXCLUSIVAMENTE por via eletrônica para o e-mail informado.

3.3.2.1 O teor e a integridade dos documentos enviados digitalizados e dos natos digitais serão de responsabilidade da interessada. O **SERPRO** poderá exigir, a seu critério, a apresentação da versão impressa que originou o documento digitalizado.

SEÇÃO IV – DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, NÍVEIS DE SERVIÇO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

4.1 Compreende os requisitos técnicos a serem comprovados pela Empresa parceira:

4.1.1. Software embarcado

4.1.1.1. A empresa parceira deve fazer uso das práticas de desenvolvimento de software adotadas pelo mercado e pelo SERPRO, tais como: metodologias ágeis, scrum, kanban, lean, entre outros.

4.1.1.2. A empresa parceira deve ter um processo de desenvolvimento que atenda as boas práticas de engenharia de software.

4.1.1.3. A empresa parceira deve disponibilizar conjunto de bibliotecas de software compatíveis com as linguagens de programação utilizadas na solução. Também devem ser disponibilizadas a documentação e exemplos de uso destas bibliotecas de software.

4.1.1.4. A empresa parceira deverá fornecer bootloader ou sistema operacional, bem como os meios necessários para gravação destes nos microcontroladores ou microprocessadores.

4.1.1.5. A empresa parceira deverá manter as versões do bootloader e sistema operacional atualizadas e os meios necessários para atualizações deles nos dispositivos.

4.1.1.6. A empresa parceira deverá participar da elaboração de cenários de testes que atendam aos requisitos

funcionais e não funcionais da solução.

4.1.1.7. A empresa parceira deverá fornecer ferramentas que permitam a automação de testes de software.

4.1.1.8. A empresa parceira deverá fornecer ferramentas de monitoramento e integração contínua dos elementos que compõem a solução.

4.1.1.9. A empresa parceira deverá fornecer kits de prototipação ou emuladores/simuladores necessários para a provas de conceito e validação antecipada da solução.

4.1.1.10. A empresa parceira deverá fornecer SDK com um conjunto de ferramentas de desenvolvimento e exemplos de uso compatíveis com as linguagens de programação utilizadas na solução, disponibilizados para facilitar a construção de novos elementos que serão conectados na plataforma, ou aplicações que utilizarão as funcionalidades da plataforma de IoT.

4.1.2. Hardware

4.1.2.1. A empresa parceira tem a responsabilidade no desenvolvimento de todas as placas dos dispositivos IoT personalizadas com base nos requisitos de interface, processamento e periféricos específicos, também considerando a análise de riscos e restrições de orçamento;

4.1.2.2. É de responsabilidade da empresa parceira os serviços de projeto eletrônicos de hardware, desenvolvimento e produção de placas base que deverão ser compatíveis com os padrões de mercado;

4.1.2.3. É de responsabilidade da empresa parceira os projetos dos layouts das placas e gabinetes mecânicos que garantam a mitigação dos problemas de qualidade de sinal e interferência eletromagnética (EMI);

4.1.2.4. É de responsabilidade da empresa parceira os projetos de gabinetes mecânicos que garantam a mitigação dos problemas de resistência a umidade IP (IPX5, IPX7, IP57, ...);

4.1.2.5. É de responsabilidade da empresa o uso de componentes de hardware que tenham ciclo de vida de mais de 10 anos, suporte a vibração e suporte a temperatura IT (-45°C até +85°C);

4.1.2.6. É de responsabilidade da empresa parceira fornecer os esquemáticos e projetos das placas em formato eletrônico. Estes desenhos de referência incluem o esquemático, layout e biblioteca de componentes em algum formato de mercado, de preferência, open-source como, por exemplo, Gerber;

4.1.2.7. É de responsabilidade da empresa parceira a execução dos testes de circuitos e mecânicos nos padrões atuais do mercado;

4.1.2.8. Nos projetos de dispositivos deverão ser previstas as compatibilidades com os protocolos de gerenciamento de dispositivos especificados como, por exemplo, o OMA Device Management (OMA-DM), LwM2M ou TR-069. E, quando for utilizada a pilha TCP/IP, deverá ser utilizado os protocolos SNMP nas suas versões seguras;

4.1.2.9. É de responsabilidade da empresa parceira as homologações dos projetos dos dispositivos nos órgãos regulamentadores como a Anatel;

4.1.2.10. A empresa parceira deverá comprovar que o processo fabril dos seus projetos inclui certificações como ISO9001, RoHS, CE, UL 94. E, ainda, para garantir sua qualidade que estes processos incluam os testes de

desempenho, câmara de temperatura e emissão eletromagnética.

4.1.2.11. É de responsabilidade da empresa parceira fornecer e integrar os sensores nos dispositivos para atender a solução.

4.1.3. Segurança da Informação:

4.1.3.1. A empresa parceira deverá especificar nos projetos recursos que inibam a engenharia reversa de hardware e software, tais como mecanismos anti-violação física e lógica, como, por exemplo, Tampering, Auto-Destruction entre outros;

4.1.3.2. A empresa parceira deverá utilizar práticas de Security by design (a segurança deve ser planejada, executada e monitorada ao longo de todo o ciclo de vida de uma aplicação).

4.1.3.3. A empresa parceira deverá especificar nos projetos recursos de software e hardware que permitam a disponibilidade da solução, como os recursos de recuperação de erros (técnicas como o watchdog timer).

4.1.3.4. Os dispositivos deverão permitir inserção de senhas complexas, alfanuméricas e com caracteres especiais;

4.1.3.5. Os dispositivos devem se comunicar utilizando protocolos seguros e abolir protocolos com falhas de segurança já conhecidas ou comunicações em texto plano;

4.1.3.6. Os dispositivos devem permitir desabilitar/impedir acesso a serviços não utilizados.

4.1.3.7. A empresa não deve figurar ou dispor em seu parque, dispositivos que constam em listas relacionadas a problemas de segurança ou privacidade, como exemplo o PROCOM ou a Federal Trade Commission;

4.1.3.8. Os dispositivos devem prover atualizações e correções, estas devem ser assinadas e realizadas por meio seguro;

4.1.3.9. Os dispositivos devem apresentar proteção de no mínimo IP66;

4.1.3.10. Os dispositivos da solução devem poder executar reinicializações sob demanda remotamente de forma segura;

4.2. Níveis de Serviço

4.2.1. O acordo de nível de serviço ou SLA (Service Level Agreement) definido com a empresa parceira desenvolvedora de soluções de dispositivos embarcados para projetos IoT é um fator altamente relevante. O SLA deve incluir componentes em três áreas: produção, distribuição e suporte. A empresa parceira deverá comprovar suas capacidades de serviços logísticos. Serviços logísticos são os serviços que envolvem as diversas atividades logísticas, desde sua capacidade de produção industrial, passando pelo transporte e armazenagem, até a chegada do produto (dispositivo embarcado), atendendo basicamente a cadeia logística por completo.

4.2.2. A Empresa parceira deverá atender aos chamados para manutenção corretiva e substituir quaisquer componentes defeituosos nos equipamentos, nas localidades contempladas.

4.2.3. O prazo de atendimento estipulado para qualquer uma das localidades dependerá da criticidade da solução a ser construída. Este prazo contempla o atendimento, identificação e solução do problema.

4.2.4. A Empresa parceira deverá fornecer canal de suporte on-line 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

4.2.5. A Empresa parceira deverá disponibilizar uma Central de Atendimento Telefônico 0800 (gratuita), acesso Web ou e-mail, para registro de abertura de chamados técnicos e controle de atendimento por todo o período de garantia dos equipamentos.

4.2.6. A Empresa parceira deverá disponibilizar os registros por meio de relatórios encaminhados mensalmente no primeiro dia útil de cada mês, para acompanhamento da equipe do SERPRO, atendendo aos seguintes tópicos:

4.2.7. Chamados Abertos no Período: Relatório com todas as Ocorrências abertas no mês e o respectivo status, bem como qualquer documento ou Nota Fiscal, apresentado em desacordo com as condições estabelecidas no Contrato a ser firmado.

4.2.8. Chamados em Andamento: Relatório onde constam as ocorrências que estão sendo tratadas e o respectivo status.

4.2.9. Chamados Fechados no Período: Relatório com todos os chamados que foram fechados no mês.

4.2.10. Histórico de Chamados em 12 Meses: Relatório com o histórico de chamados que foram abertos no período de 12 meses.

4.2.11. Controle de Troca de Equipamentos: Relatório com todos os chamados de troca de equipamentos que foram abertos no período.

4.2.12. Os relatórios deverão estar disponíveis para o SERPRO via WEB (em formato HTML).

4.2.13. Deverá ser realizada notificação da conclusão do atendimento no momento do fechamento de cada chamado.

4.2.14. Os equipamentos não devem conter substâncias perigosas como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil policromados, éteres difenilpolibromados em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).

4.2.15. As sanções e penalidades bem como demais níveis de serviço que uma solução possa exigir serão estabelecidos considerando a oportunidade concreta de negócio em futura parceria.

4.3. Critérios para seleção de parceiro entre as empresas habilitadas

4.3.1. A partir de uma oportunidade de negócio concreta, os critérios abaixo serão utilizados para a seleção, dentre as empresas habilitadas neste chamamento público, do parceiro na construção da solução específica:

4.3.1.1. Capacidade da empresa atender as características do projeto em questão, demonstrado via portfólio.

4.3.1.2. Capacidade logística para atender as necessidades do projeto.

4.3.1.3. A vantajosidade do Serpro em relação aos custos envolvidos no projeto. Como critério de desempate.

4.3.2. O Serpro, caso julgue necessário, poderá estabelecer um processo seletivo com edital específico, para escolher entre as empresas habilitadas neste processo, a parceria para atender a oportunidade de negócio

SEÇÃO V – DA PARCERIA DE NEGÓCIOS

- 5.1 Somente as empresas cuja Proposta Técnica atender os requisitos de habilitação e qualificação técnica serão convidadas para assinatura do Termo de Confidencialidade, no prazo definido oportunamente.
- 5.2 Permanece a critério exclusivo do **SERPRO**, o prosseguimento do Procedimento de Solicitação de Proposta Técnica, com a eventual assinatura do Termo de Confidencialidade e elaboração do Plano de Negócios.
- 5.3 As empresas que assinarem o Termo de Confidencialidade serão convidadas, conforme e quando apropriado, a elaborar Plano de negócios em conjunto com as equipes técnica, jurídica e comercial do **SERPRO**, que será base para a análise da viabilidade da celebração da parceria de negócio.
- 5.4 Durante a elaboração do Plano de Negócio serão definidos os produtos e serviços que serão objeto da Parceria de Negócio.
- 5.5 Não existe obrigatoriedade do **SERPRO** em celebrar a(s) parceria(s) de negócio(s), objeto deste edital.
- 5.6 O **SERPRO** poderá celebrar parcerias de negócios com mais de uma empresa.
- 5.7 A celebração da parceria de negócio deve estar associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas e ao atendimento aos seguintes requisitos:
- 5.7.1 Avença obrigatoriamente relacionada com o desempenho de atribuições inerentes aos respectivos objetos sociais do **SERPRO** e da empresa;
- 5.7.2 Configuração de oportunidade de negócio, o qual pode ser estabelecido por meio dos mais variados modelos associativos, societários ou contratuais, nos moldes do art. 28, § 4º, da Lei das Estatais;
- 5.7.3 Demonstração da vantagem comercial para o **SERPRO**;
- 5.7.4 Comprovação pelo **SERPRO**, de que a (s) empresa (s) escolhida (s) como parceira (s) apresenta (m) condições que demonstram sua superioridade em relação às demais empresas que atuam naquele mercado; e
- 5.7.5 Demonstração da inviabilidade de procedimento competitivo, servindo a esse propósito, por exemplo, a pertinência e a compatibilidade de projetos de longo prazo, a comunhão de filosofias empresariais, a complementaridade das necessidades e a ausência de interesses conflitantes.
- 5.8. O (s) Instrumento (s) contratual (is) para a celebração da parceria de negócio será (ão) definido(s) em comum acordo entre o **SERPRO** e a empresa.

SEÇÃO VI – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 6.1 Qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, até 10 (dez) dias antes do prazo final previsto no preâmbulo deste edital, devendo encaminhá-lo para o endereço parcerias@serpro.gov.br, ou protocolá-lo no horário entre as 08:00Hs as 17:30Hs no **SERPRO** – Sede, localizado no(a) SGAN Quadra 601 Módulo V – Divisão de Compras – Asa Norte – Brasília/DF – CEP: 70836-900. Caso a impugnação seja encaminhada fora do horário indicado, será

considerado o seu recebimento no próximo dia útil.

6.1.1 Não será considerada e/ou recebida impugnação sem as devidas qualificações do interessado, como Razão Social ou nome, número do CNPJ/MF ou CPF/MF, endereço eletrônico, logradouro, nome completo do representante legal quando for o caso, telefone, data e assinatura, não sendo o **SERPRO** obrigado a respondê-la;

6.1.2 Caberá ao **SERPRO** decidir sobre a petição no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

6.1.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será publicado nova versão do Edital.

6.2 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital, deverá ser encaminhado até 10 (dez) dias antes do prazo final previsto no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail parcerias@serpro.gov.br. Caso o pedido de esclarecimento seja encaminhado fora do horário comercial, será considerado o seu recebimento no próximo dia útil.

6.2.1 As respostas aos pedidos de esclarecimentos, bem como demais informações relevantes, serão divulgadas em até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação, mediante publicações de notas na página web do **SERPRO**, no endereço www.serpro.gov.br, ficando as interessadas em participar do presente procedimento obrigadas a acessá-las para a obtenção das informações prestadas.

SEÇÃO VII – DOS RECURSOS

7.1 Dos atos do **SERPRO** sobre este edital, poderão ser apresentados recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da realização do ato.

7.2 A interposição de recurso deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrônica, para o e-mail parcerias@serpro.gov.br, com a apresentação das razões de recurso, devidamente fundamentada.

7.3 É assegurada às interessadas, vista imediata dos autos do processo eletrônico, com a finalidade de subsidiar a preparação dos recursos administrativos.

7.4 O **SERPRO** decidirá os recursos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do término do prazo das interessadas. O ato de aceite ou recusa do responsável técnico deverá ser motivado e, quando o mesmo mantiver seu ato, deverá submetê-lo à autoridade competente que decidirá o recurso dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.5 O acolhimento do recurso administrativo implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

7.6 Não serão conhecidos os recursos administrativos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como aqueles que não estiverem devidamente motivados;

7.6.1 Recurso devidamente motivado é aquele que indica, objetivamente, o fato e o direito que a interessada deseja ser revisto pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

SEÇÃO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça o funcionamento do **SERPRO**, as datas previstas serão automaticamente transferidas para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do **SERPRO** em contrário.
- 8.2 Todos os horários estabelecidos neste Edital observarão o horário de Brasília – DF.
- 8.3 As normas que disciplinam este Edital serão sempre interpretadas de forma a evitar exclusividade de fornecimento, sem preferências ou direcionamento da concessão dos serviços entre os interessados.
- 8.4 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado, desde que seja possível a correção durante o processo.
- 8.5 Os interessados são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase deste processo.
- 8.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no **SERPRO**.
- 8.7 A autoridade competente poderá revogar o presente procedimento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 8.8 A vigência da relação de habilitados neste edital se dará até uma reedição deste chamamento público para o mesmo objeto, por interesse do **SERPRO**.
- 8.9 As empresas interessadas deverão acompanhar por meio do Site do **SERPRO** todas as alterações que venham ocorrer neste Edital.
- 8.9.1 Qualquer erro no cadastramento dos dados da empresa interessada em participar deste procedimento será de responsabilidade da mesma.
- 8.10 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pelo **SERPRO**, no SERPRO/_Sede, sito na SGAN Quadra 601 Módulo V – Superintendência de Aquisições e Contratos – Asa Norte – Brasília/DF - CEP: 70836-900, ou por intermédio do telefone (61) 2021-8422, no horário de 08h00 h às 12h00 e de 14h00 h às 18h00 de segundas às sextas-feiras.

Brasília, 23 de fevereiro de 2021.